

Inquérito Civil n. 06.2014.00012307-7

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0003/2021/04PJ/CON**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** (MPSC), por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE IRANI**, doravante nomeado Compromissário, pessoa jurídica de direito público com sede na Rua Eilírio de Gregori, n. 207, Centro, Irani/SC, neste ato representado por seu Prefeito Vanderlei Canci, no Inquérito Civil n. 06.2014.00012307-7, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que "*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*" (art. 225, *caput*, CRFB/1988);

**CONSIDERANDO** que o licenciamento ambiental é visto como um instrumento para consecução da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º, IV, Lei 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** que as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental são passíveis de licenciamento ambiental pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), conforme Resolução do Consema n. 98/2017;

**CONSIDERANDO** que os cemitérios estão relacionados entre as atividades ou os empreendimentos que causam ou podem causar impacto ambiental de âmbito local previsto na Resolução Consema n. 99/2017, estando as suas instalações sujeitas ao licenciamento ambiental municipal, que deve atender os requisitos previstos nas Resoluções Conama n. 335/2003 e Consema n. 119/2017;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 9º, XIV, da Lei Complementar n. 140/2011, é atribuição dos Municípios a promoção do licenciamento ambiental das atividades ou dos empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo Consema;

**CONSIDERANDO** que como no Estado de Santa Catarina os cemitérios são considerados atividades que causam ou possam causar impacto ambiental de âmbito local é dever do Poder Público de Irani/SC a promoção do licenciamento ambiental de tais empreendimentos, mesmo em se tratando de cemitérios privados, já que essa é a determinação da Lei Complementar n. 140/2011 (art. 9º, XIV, "a");

**CONSIDERANDO** que "*os cemitérios horizontais e os cemitérios verticais, doravante denominados cemitérios, deverão ser submetidos ao processo de licenciamento ambiental, nos termos desta Resolução, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à espécie*" (art. 1º da Resolução n. 335/2003, do Conama);

**CONSIDERANDO** que "*O licenciamento de cemitérios implantados até abril de 2003 e com atividade de sepultamento em operação serão licenciados em fase única devendo apresentar, os seguintes documentos para regularização: I – Documento de comprovação da titularidade da área ou Termo de Intitulação da administração sobre a área do cemitério; II – Projeto arquitetônico (e cadastral) do empreendimento; III – Plano de Recuperação de Áreas Contaminadas, contendo a delimitação da extensão da área contaminada, o programa de monitoramento, as medidas de controle e adequação do local, para os casos onde os resultados da investigação confirmatória indicarem substâncias de origem antrópica em concentrações acima dos valores de investigação; VI – Plano de Monitoramento, para os casos onde os resultados da investigação confirmatória não indicarem substâncias de origem antrópica em concentrações acima dos valores de investigação; V – O número e a localização dos pontos de amostragem, a frequência de amostragem e os parâmetros mínimos de análise, seguem as orientações especificadas nos parágrafos §1º, §2º e §3º do artigo 5º*" (art. 6º da Resolução do Consema n. 119/2017);

**CONSIDERANDO** que os cemitérios implantados até abril de 2003 e com atividade de sepultamento em operação precisam de Autorização Ambiental (AuA), que se trata de um "*documento de licenciamento ambiental simplificado, constituído por um único ato, que aprova a localização e concepção do empreendimento ou atividade, bem como sua implantação e operação, de acordo com os controles ambientais aplicáveis a serem definidos pelo órgão ambiental licenciador*" (art. 2º, X, da Resolução do Consema n. 98/2017);

**CONSIDERANDO** que "*Os Cemitérios implantados após abril de 2003 e com atividade de sepultamento em operação poderão ser regularizados com base nos mesmos critérios estabelecidos no artigo 6º desta Resolução desde que atendidas todas as condições abaixo: I – Cemitérios localizados em municípios com população inferior a trinta mil habitantes; II – Cemitérios localizados em municípios isolados, não integrantes de área conurbada ou região metropolitana; III – Cemitérios com capacidade máxima de quinhentos jazigos*" (art. 9º da Resolução Consema n. 119/2017);

**CONSIDERANDO** que a Instrução Normativa n. 52 do IMA define a documentação necessária ao licenciamento e estabelece critérios para apresentação dos planos, dos programas e dos projetos ambientais para implantação de cemitérios, incluindo tratamento de

resíduos líquidos, tratamento e disposição de resíduos sólidos e outros passivos ambientais;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º, da Lei n. 9.605/1998);

**CONSIDERANDO** que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2014.00012307-7 para apurar possível ocorrência de dano ambiental no cemitério do Município de Irani;

**CONSIDERANDO** que, em análise às informações colhidas no referido procedimento, constata-se que faz mais de 6 anos que o feito se arrasta sem que o Município de Irani promova a regularização do cemitério, de modo que apenas, em abril/2020, é que encaminhou requerimento para obtenção de licença ambiental;

**CONSIDERANDO** que o referido cemitério foi criado há aproximadamente 55 anos e está em operação;

### **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

#### **1. OBJETO:**

**Cláusula 1ª.** Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas indispensáveis à obtenção de licenciamento ambiental do Cemitério Municipal de Irani.

#### **2. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 2ª.** O Compromissário obriga-se a regularizar o cemitério acima discriminado, mediante a obtenção de licença ambiental correspondente, cujo requerimento ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) foi encaminhado em abr/2020.

§ 1º. O Compromissário obriga-se a efetuar eventuais ajustes ou modificações solicitados pelo IMA, nos prazos estipulados pelo órgão técnico, a fim de adequar o licenciamento pretendido.

§ 2º. O Compromissário obriga-se a informar a esta Promotoria, no prazo de 10 dias após firmar este ajuste e, depois, a cada 6 meses, a respeito do andamento do processo de

licenciamento pretendido, dizendo a respeito do cumprimento de prazos e eventuais atrasos.

§ 3º. O Compromissário obriga-se, no prazo de 10 dias da cientificação da expedição da licença, a apresentar nesta Promotoria de Justiça cópia da licença ambiental expedida pelo IMA.

### **3. DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 3ª.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o Compromissário estará sujeito a protesto e às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, revertidas para o **Fundo de Reconstituição de Bens Lesados** (FRBL), criado pelo Decreto Estadual n. 10.047/1987, conforme art. 13 da Lei n. 7.347/1985, mediante expedição futura de boleto bancário, definidas na tabela abaixo:

<b>Cláusula descumprida</b>	<b>Valor da Multa</b>	<b>Referência</b>
Cláusula 2ª	R\$ 100,00	Por dia corrido de atraso
§ 1º da Cláusula 2ª	R\$ 100,00	Por dia corrido de atraso
§ 2º da Cláusula 2ª	R\$ 100,00	Por dia corrido de atraso
§ 3º da Cláusula 2ª	R\$ 2.000,00	Incidência única

§ 1º O não cumprimento do ajustado nas obrigações constantes da cláusula 2ª implicará no pagamento das multas referidas na tabela acima e na execução judicial das obrigações de fazer assumidas.

§ 2º As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o Compromissário constituído em mora com a simples ocorrência do evento.

**Cláusula 4ª.** Eventual descumprimento da cláusula ajustada por caso fortuito ou força maior, ou outro importante motivador, deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que o Ministério Público analisará e decidirá sobre a aceitação ou não da justificativa apresentada para fins de isenção das multas previstas na Cláusula 3ª.

### **4. ADITAMENTO:**

**Cláusula 5ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

### **5. A POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 6ª.** O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do Compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade.

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 7ª.** Todos os prazos estipulados, salvo previsão expressa, passam a correr a partir da assinatura do presente termo de ajustamento de conduta, pelo último signatário, momento em que o acordo entrará em vigor.

**Cláusula 8ª.** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 784, IV, do Código de Processo Civil.

**Cláusula 9ª.** O presente termo de ajustamento de conduta, e o inquérito em que este tramita, será arquivado e submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/1985, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para sua fiscalização.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em duas vias.

Concórdia, 10 de fevereiro de 2021.

(Assinatura Digital)

**Stefano Garcia da Silveira**  
Promotor de Justiça Substituto

**Município de Irani**  
**Vanderlei Canci**  
Prefeito Municipal

**Testemunhas:**

**Thiza Ferreira da Silva**

Secretária de Planejamento e Gestão de  
Projetos  
CPF n. 039.410.139-12

**Raul Lennon Matos Nogueira**

Procurador do Município de Irani  
CPF n. 010.161.283-47